

fazer história contemporânea

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 11 • 2011

Vidas exemplares após o Estado Novo

A biografia na historiografia em Portugal depois de 1974 *

Wilton Carlos Lima da Silva

* Esse artigo é resultado de um período de estágio de pesquisa, entre dezembro de 2010 e fevereiro de 2011, realizado no CEIS20, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra, graças ao Programa de Mobilidade Internacional da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UNESP. Cabe agradecer à supervisão da Profa. Dra. Maria Manuela Tavares Ribeiro e aos Professores Doutores Heloisa Paulo, Ernesto Carneiro Leal, Fernando Martins, Fátima Sá, Magda Avelar Pinheiro, Luis Nuno Rodrigues e Luis Reis Torgal, que de forma generosa concederam entrevistas para esta pesquisa, e ao apoio do CNPq, através da concessão de recursos para o Projeto de Pesquisa “Vida póstuma de um ilustre desconhecido: a construção biográfica de Clóvis Beviláqua (1859-1944)”.

Wilton Silva, Doutor em História pela UNESP. Professor assistente na Universidade Estadual Paulista, UNESP, Campus de Assis. E-mail: wilton@assis.unesp.br

A realidade
Sempre é mais ou menos
Do que nós queremos.
Só nós somos sempre
Iguais a nós próprios.

(Ricardo Reis)

Introdução

“Biografia” é uma forma de narrativa que para o poeta Fernando Pessoa era uma expressão literária de um “drama em gente”, que para o escritor e político inglês Benjamin Disraeli tratava-se de uma leitura fundamental por ler “a vida sem teoria”, ou ainda, para o historiador Marc Ferro, um gênero estigmatizado que foi transformado no “aleijão da História”.

“Drama em gente”, “vida sem teoria” e “aleijão da História” são expressões que prenunciam algumas das complexas relações desse gênero narrativo que é tanto literário como historiográfico, sendo que, em particular, a historiografia é um palco privilegiado para embates sobre as possibilidades e as limitações do “biografismo”, com disputas teóricas e metodológicas intensas em diferentes locais e períodos.¹

Entendemos como “biografismo” as práticas narrativas que envolvem a seleção, descrição e análise de uma trajetória individual a partir de diversos enfoques e metodologias que permitem sua incorporação através do romance histórico, das memórias pessoais (autobiografias e testemunhos), da literatura escolar e das biografias propriamente ditas.²

A produção bibliográfica de biografias históricas, ou seja, produzidas por historiadores, possui um volume relativamente tímido quando comparado com outros biografismos criados em obras que, a partir de metodologias e enfoques semelhantes à produção historiográfica, como o romance histórico, as memórias pessoais, a literatura escolar e as biografias de caráter literário, no sentido estreito do termo, tradicionalmente vinculam-se a uma popularização da história, a busca de um relato extraordinário e a criação de uma pedagogia moral e cívica.

A construção de uma biografia exige o diálogo com as diferentes formas de controle simbólico do tempo e da individualização nas sociedades humanas, na busca de traduzir uma experiência de duração e estruturas imaginativas que relacionam uma vida e suas

¹ Os percursos da biografia no Ocidente, ao longo do tempo, assim como seus impasses e potencialidades na atualidade foram longa e profundamente abordados em DOSSE, François - *El arte de la biografía: entre historia y ficción*. México: Universidad Iberoamericana, 2007. ISBN 9789688596401.

² Luis Viana Filho, importante biógrafo brasileiro, classifica as obras biográficas entre “simples relação cronológica de fatos relativos à alguém”, “trabalhos nos quais, ao par duma (sic) vida, se estuda determinada época”, “trabalhos nos quais à descrição duma (sic) existência se conjugam apreciações críticas sobre a obra do biografado”; e “trabalhos em que a narração da vida constitui o objetivo primacial”. (BOAS, Sérgio Vilas - *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*. S. Paulo: UNESP, 2008. 264 p. ISBN 9788571398566, p. 21).

relações com a cultura na qual se insere em uma “vida póstuma” quando mortos e vivos dialogam a partir das heranças dos primeiros e das carências dos segundos.

De qualquer forma, a biografia como objeto de estudo permite a discussão sobre os vínculos sociais e históricos que se relacionam com a forma como o personagem teve sua obra e sua trajetória lembrada ou esquecida ao longo do tempo, sua vinculação com diferentes grupos e movimentos, a produção editorial, acadêmica e jornalística, o envolvimento de instituições, da promoção de diferentes eventos e de acontecimentos específicos, além de caracterizá-la como documento, mídia e manifestação política e cultural.

Diversos estudos apontaram e discutiram o biografismo, desde suas origens literárias, seus vínculos com o subconsciente, suas relações com o individualismo, os aspectos formais e literários dessa forma de narrativa, suas ligações com a indústria cultural, entre sentenças seguras sobre seus muitos vícios e poucos méritos.

A biografia como objeto de análise oferece muitas questões a serem discutidas, como os limites da idéia de verdade e de representação, o papel social do mito, as relações entre público e privado, as ligações entre a narrativa e sua época, entre diversas outras.

Em particular nos interessa aqui a produção de biografias históricas em Portugal após o Estado Novo, como forma de perceber mudanças na historiografia local e quais dinâmicas teóricas e metodológicas tal gênero traz para a produção historiográfica local.

A Historiografia Portuguesa após o Estado Novo

Assim como outros processos sociais de lembrança e de esquecimento, como rituais, comemorações e festas cívicas, que povoam a história humana da antiguidade ao mundo contemporâneo, os esforços para a conservação da memória da vida e da obra de homens “extraordinários” se tornaram práticas fundamentais nos diferentes sistemas políticos contemporâneos, como instrumento de construção de identidades coletivas e nacionais.

No caso de Portugal, o Estado Novo, regime político situado entre 1933 e 1974, com os governos de Salazar (1933-1968) e de Marcello Caetano (1968-1974), representou um regime autoritário, nacionalista e corporativista que se utilizou de um aparelho repressivo composto por polícia política e organizações paramilitares, assim como pela prática de censura e propaganda.

Esse regime, que somado ao período da Ditadura Nacional (1926-1933), forma o mais longo período ditatorial da Europa Ocidental no século XX, manteve severo controle sobre as instituições culturais e de ensino lusitanas, empobrecendo a historiografia local por um relativo isolamento frente às inovações metodológicas e teóricas das ciências humanas e sociais.³

³ TORGAL reconhece que na historiografia lusa, durante o salazarismo, existiam “essencialmente dois modelos de interpretação da ‘história pátria’, e complementarmente da história universal: um anterior ao Estado Novo e outro posterior”. (Torgal, Luis Reis - “Ensino da História”. In TORGAL, Luis Reis; MENDES, José M. Amado; CATROGA - Fernando. *História da história...*, p. 448).

O controle do Estado sobre a sociedade (e a Universidade) produziu uma historiografia limitada em termos temáticos, qualitativos e quantitativos, na qual a formação da nacionalidade, a Alta Idade Média, os Descobrimentos e a Restauração eram utilizados como instrumentos nacionalistas e imperialistas, enquanto o liberalismo, a República (1910-1926) e o século XX em geral tornaram-se desprestigiados, desaconselhados ou impedidos como temática.⁴

É possível a identificação na historiografia portuguesa, até meados da década de 70, de uma perspectiva caracterizada como “historicismo neo-metódico”, que com forte teor tradicionalista e nacionalista se recusa às teorizações e se baseia em um empirismo reducionista (apoiado no trinômio causa-fato-consequência), na ênfase no político institucional e uma desconfiança do social.⁵

Mesmo historiadores que adotavam uma postura crítica ao regime mantinham seu foco de análise sobre as questões de nível macroscópico, com ênfase analítica nas estruturas políticas e econômicas dos períodos que analisavam.⁶

⁴ TENGARRINHA, José Manuel - *A Historiografia Portuguesa...*, p. 112. Dois estudos sobre a produção acadêmica nas revistas de história merecem destaque, o de HOMEM (*op. cit.*, p. 350), que observa que levantamentos sobre os conteúdos da Revista Portuguesa de História, criada em 1941, mostra que até 1960 privilegia claramente os temas da Idade Média e Idade Moderna, e predominância de temas da História Política, representavam 80% dos conteúdos, ocorrendo a total exclusão dos séculos XIX e XX, sendo que entre 1960 e o final da década de 70 mantém a primazia da temática medieval (60%), ocupando os tempos modernos um segundo lugar (28%) e os séculos XIX e XX com uma pequena presença (6%), com predominância das temáticas da História Institucional, Política e Jurídica (com 46% dos títulos), de História Econômica e Social (16%) e História Cultural (11%), e o de MENDES, no qual compara os *Annales*, da França, o *The Journal of Economic History*, dos EUA, e a *Revista Portuguesa de História*, entre 1975 e 1990, no que se refere às épocas privilegiadas, que marcam nas duas primeiras um deslocamento da Idade Moderna para a Contemporânea incluindo o século XX) nas duas primeiras, e uma constante ampliação da Idade Moderna na terceira (chegando em 1990, à 50%), e em relação às temáticas, em 1975 a história econômica e social já é a mais presente nas duas primeiras, sendo que na década de 90 a história política adquire a primazia nos *Annales*, enquanto que na revista portuguesa somente em 1990 há o privilégio da história econômica e social (com 50% dos artigos). (MENDES, José M. Amado - “A História Econômica e Social nos últimos vinte anos: principais tendências e metodologias”. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra / Instituto de História Econômica e Social. ISSN 0870-4147, tomo XXIX, 1994, p. 1-32).

⁵ NUNES, João Paulo Avelãs - *A História Econômica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico, 1911-1974*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995. 349 p. ISBN 972-9380-54-6. Embora seja inegável que a realidade social, e assim também a historiografia portuguesa, sempre é multifacetada e plural, por mais que forças homogeneizadoras busquem controlá-la. Em termos de revistas acadêmicas no período do Estado Novo, a Revista do Tempo e da História, do Centro de Estudos Históricos da Universidade de Lisboa, lançada em 1965, afirmava na apresentação de seu primeiro número seu compromisso claramente inspirado nos *Annales*, buscando uma “história das estruturas da sociedade portuguesa (desde as culturais às administrativas, oficiais ou particulares), a demografia histórica e a história das relações internacionais de Portugal”, embora mantivesse o predomínio temático da História Econômica e Social (59% dos artigos) e da História Institucional e Política (24% dos artigos), e em termos temporais, da Idade Média (62% dos artigos) e da Idade Moderna (27% dos artigos). (HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *Revistas universitárias de História...*, p. 353-354 e 366).

⁶ Em entrevista na qual foi questionado sobre sua trajetória intelectual o historiador português Fernando Catroga reconhece o preconceito contra a biografia ou os temas nos quais explicações estruturais não

Em termos historiográficos o relativo isolamento intelectual de Portugal durante o Estado Novo, mantido à custa da perseguição aos intelectuais mais críticos ao regime e pelo controle sobre as instituições de ensino e pesquisa, produziu uma impermeabilidade entre os campos da história e das demais ciências sociais e humanas – como a sociologia, a economia e a antropologia, entre outras.⁷

O fim do Estado Novo, por sua vez, significou uma revitalização dos estudos historiográficos ao garantir a liberdade de expressão, a ampliação das universidades e a grande movimentação dos quadros acadêmicos (com numerosas ascensões, quedas, demissões e ingressos nos corpos docentes universitários), assim como uma “febre historiadora” surgida a partir da vida estudantil e acadêmica e a incorporação do estudo e ensino das ciências sociais.

Tais mudanças trouxeram, já nas décadas de 70 e 80, uma ampliação do campo historiográfico, produzindo uma multiplicidade de objetos, métodos e teorias, na qual se destacam a ampliação das perspectivas marxista e dos Annales, em um viés que privilegiava a história econômica, demográfica e social, assim como o estudo das ideologias (a história social das idéias) e das instituições sociais, mantendo a tradição de uma sólida e ampla pesquisa documental.⁸

Esse processo de inovação temática, teórica e metodológica se processou em diferentes searas da historiografia lusitana em trabalhos espalhados em um leque cronológico que se estende do medievo aos dias atuais⁹, sendo que o biografismo se apresenta em alguns momentos como uma das abordagens possíveis.

ocupavam uma obrigatoriedade centralidade: “Como eu vinha de uma formação filosófica, o campo da História que mais me interessou foi o da História Cultural. Este estava sob um olhar suspeito por parte dos que acreditavam haver um paradigma único ou uma via única de acesso à verdade, e para quem o cultural era um mero epifenômeno do infraestrutural. (...) A história política padecia (desse preconceito), bem como a história biográfica e toda aquela que, depois dos anos 70, parece ter ressuscitado sob o lema do ‘regresso’, dignificando temas e perspectivas que tinham sido depreciados, como se fossem a efêmera espuma da onda.” (FERREIRA, Marieta de Moraes - “Entrevista com Fernando Catroga”. *Revista Brasileira de História*. [Em linha] São Paulo: ANPUH. V. 29, n. 58, (Dezembro 2009). [Consult. 14 de abril de 2010]. Disponível em WWW: < URL: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882009000200010&lng=en&nrm=iso >. ISSN 0102-0188).

⁷ Em um artigo publicado em 1963, sobre a “História em Portugal”, Frédéric Mauro aponta quatro limitações à historiografia lusitana naquele momento: o desconhecimento da bibliografia estrangeira, um certo exclusivismo em questões nacionais, um desconhecimento absoluto das demais ciências sociais e o cultivo à erudição pela erudição. (MENDES, José M. Amado - *A História Econômica e Social...*, p. 20-21).

⁸ Ainda tendo como referência as revistas acadêmicas, em 1977 tem-se a criação da Revista da História das Idéias, ligada ao Instituto de História e Teoria das Idéias, com o predomínio de uma história cultural e política centrada nos séculos XVIII e nos seguintes, e que tem se organizado em números temáticos, com colaboradores de diversas instituições e países e com produção contínua e volumosa. (HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *Revistas universitárias de História...*, p. 357-359).

⁹ Como exemplo dessa mudança, HOMEM (*op. cit.*, p. 351) nos fornece dados sobre a mesma Revista Portuguesa de História, a partir de 1974, na qual a História Moderna (atingindo 50% dos artigos em 1990) e a História Econômica e Social (com mais de 70% dos artigos no mesmo ano), embora tenha perdido uma dimensão mais cosmopolita (ou interna) que desfrutou em anos anteriores, e ainda não tenha optado editorialmente pelo modelo de número temático.

Os estudos medievalísticos, com maior atenção ao final da Idade Média, buscaram a superação do academicismo e eruditismo, ampliação das temáticas e enfoques que privilegiavam a sociedade, a cultura e as mentalidades, assim como o mundo rural e urbano e os movimentos sociais do período.¹⁰

Por sua vez os estudos da História Moderna de Portugal sofreram, logo após o fim do regime, uma considerável diminuição quando o neocolonialismo salazarista é visto como correlato do colonialismo moderno, embora a partir da década de 80 novos temas e perspectivas como a resistência ao domínio filipino e revoltas populares, a produção agrícola e a natureza do Estado, o regionalismo e a diplomacia, a inquisição e o judaísmo, entre outros, são introduzidos ao mesmo tempo em que ocorre um refinamento das temáticas já consolidadas anteriormente.¹¹

Ocorreu também uma grande valorização dos temas da história contemporânea, sendo o período temporal entre os séculos XVIII e XX incorporado aos estudos universitários com maior continuidade e planos de estudos vinculados a institutos, ao mesmo tempo em que “abandonava-se uma certa tendência para as visões globalizantes (que a seu tempo haviam produzido efeito positivo nas renovações interpretativas)”, com “investigações mais circunscritas temporal e tematicamente”.¹²

A temática do liberalismo político lusitano inspirou três linhas de desenvolvimento: “do estudo de algumas de suas maiores figuras”, “do primeiro triênio constitucional nos seus projectos e realizações em diversos domínios menos conhecidos”, e “das finanças públicas na primeira metade do século XIX”.¹³

A segunda metade do século XIX, quando em Portugal estabiliza-se a Monarquia Constitucional, inspira abordagens historiográficas em torno de dois eixos: o desenvolvimento nacional e fatos de natureza sócio-político-ideológicos.¹⁴

O início do século XX, com a Primeira República (1910-1926), foi objeto de inovações historiográficas pela ruptura com o maniqueísmo sobre o período, pela inserção de Portugal no contexto europeu da época, pela ampliação de dimensões analíticas e, finalmente, pela identificação da experiência republicana como episódio de construção do Estado contemporâneo no país.

O Estado Novo (1926-1974) torna-se um tema visível, em que as análises representam o “preenchimento de um vazio”, as quais enfocam o regime em si, sua comparação com outros regimes autoritários do período na Europa, além de personalidades marcantes e acontecimentos relevantes, em que se misturam solidez científica e avanços seguros, paixões vivas e visões parciais, assim como carências metodológicas e revelação de fontes.

A aproximação e afastamento entre as perspectivas políticas, sociais e econômicas manifestam-se em Portugal, segundo MENDES, com três tipos de abordagem: uma história político-militar e diplomática alicerçada no cronológico e factual, outra

¹⁰ TENGARRINHA, José Manuel - *A Historiografia Portuguesa...*, p. 115-121.

¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 123-133.

¹² Idem, *Ibidem*, p. 140.

¹³ Idem, *Ibidem*, p. 147-150.

¹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 151-168.

que minimiza a importância do político ao realçar enfoques económicos e sociais, e, finalmente, uma terceira proposta que busca um modelo híbrido entre os legados “tradicionais” (com destaque para o factual, o cronológico, o individual, o estudo de casos) e “novos” (no qual valoriza-se o quantitativo, a interdisciplinariedade e a multiplicidade de fontes).¹⁵

Biografias em Portugal após o Estado Novo.

Os estudos medievalísticos ao privilegiarem enfoques sobre a sociedade, a cultura e as mentalidades, o mundo rural e urbano e os movimentos sociais do período não ofereceram um grande espaço para a produção biográfica, talvez justamente pelo afastamento de estudos de carácter hagiográfico e do eruditismo em voga anteriormente.

Os estudos de História Moderna de Portugal, por sua vez, com a diminuição de trabalhos sobre o neocolonialismo salazarista e a abordagem a partir da década de 80 de temas como a resistência ao domínio filipino e revoltas populares, a produção agrícola e a natureza do Estado, o regionalismo e a diplomacia, a inquisição e o judaísmo, entre outros, permitiram à história política focar algumas de suas “grandes figuras”, como nos trabalhos pioneiros de J. S. da Silva Dias, como *A política cultural de D. João VI* (1969), e *O Erasmismo e a Inquisição em Portugal: o processo de Fr. Valentim da Luz* (1975), que possuem abordagem biográfica, ou as obras de Manuela Mendonça, *D. João II: um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal* (1991) e *D. Jorge da Costa, Cardeal de Alpedrinha* (1991).

O estudo do período entre o século XVIII e XIX inseriu na agenda académica a temática do liberalismo político lusitano a partir do estudo de algumas de suas maiores figuras, como em trabalhos como os de José Esteves Pereira, *Silvestre Pinheiro Ferreira: o seu pensamento político* (1974) e *O pensamento político em Portugal no século XVIII: António Ribeiro dos Santos* (1983), de Maria Beatriz Nizza da Silva, *Silvestre Pinheiro Ribeiro: Ideologia e Teoria* (1975), de Zília Osório de Castro, *Cultura e Política: Manuel Borges Carneiro e o Vintismo* (1990), de Maria de Fátima Nunes, *O liberalismo português, ideários e ciências: o universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)* (1988), de José Henrique Dias, *José Ferreira Borges: política e economia* (1988), e de Benedita Cardoso Câmara, *Do agrarismo ao liberalismo: Francisco Soares Franco: um pensamento crítico* (1989), *Mousinho de Albuquerque um Intelectual na Revolução* (1992) e *Passos Manuel um Patriota e o seu Tempo* (1996), de Magda Pinheiro, entre outros.

A segunda metade do século XIX tem uma produção bibliográfica sobre o período com enfoque biográfico, destacando-se os trabalhos de João Medina como *Eça Político* (1974), *Herculano e a Geração de 70* (1977), *Eça de Queiroz e a Geração de 70* (1980) e *Afonso Lopes Vieira: anarquista* (1980), de Amadeu Carvalho Homem, *A ideia republicana em Portugal: O contributo de Teófilo Braga* (1989), além de *Fontes Pereira de Melo: uma*

¹⁵ MENDES, J. AMADO - “Caminhos e problemas da historiografia portuguesa”. In TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando - *História da história em Portugal séculos XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. 437 p. ISBN 9789727590919. Vol II. p. 73-74.

biografia (1999), e *Eça: vida e obra de José Maria Eça de Queirós* (2001), ambos de Maria Filomena Mônica, e *A Segunda Ascensão e Queda de Costa Cabral (1847-1851)* (2002), de Maria de Fátima Bonifácio, *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal* (2006), de Rui Ramos.

O início do século XX, enquanto tema, com a Primeira República (1910-1926), não só possibilitou inovações historiográficas (a ruptura com o maniqueísmo sobre o período, a inserção de Portugal no contexto europeu da época e a ampliação de dimensões analíticas), mas tem sido abordado de forma privilegiada de pesquisas.

Em relação às biografias do período, destacam-se *Raul Proença – Biografia de Um Intelectual Político Republicano* (2003), de António Reis, *António José de Almeida e a República: Discurso de uma vida ou vida de um discurso* (2004), de autoria de Luís Manuel Soares dos Reis Torgal, de Norberto Ferreira da Cunha, *Génese e Evolução do Ideário de Abel Salazar* (1997), *Sidónio e Sidonismo* (2006), de Armando Malheiro da Silva, *Um católico militante diante da crise nacional: Manuel Isaias Abúndio da Silva (1874-1914)*(2007), de Antonio Matos Ferreira.

O Estado Novo atualmente não só torna-se um tema visível, mas se torna um dos grandes focos do interesse de pesquisadores, o que é ampliado pela organização e disponibilização de mais arquivos e acervos, em meio às tensões que envolvem fatos relativamente recentes que fomentam disputas e paixões.

Com abordagem biográfica se destaca o trabalho de Ernesto Castro Leal, *António Ferro: espaço político e imaginário social (1918-1932)*, de 1994, *Álvaro Cunhal: Uma Biografia Política* (3 volumes, 1999, 2001 e 2005), de José Pacheco Pereira, *Cunha Leal: Deputado e Ministro da República – Um Notável Rebelde* (2009), de Luis Farinha, *Vitorino Henrique Godinho (1878-1962): pátria e república* (2005), de *Vitorino Magalhães Godinho, Alfredo Pimenta: da praxis libertária à doutrinação nacionalista* (2005), de João Barroso da Fonte, e *Francisco da Costa Gomes* (2006), de Luís Nuno Rodrigues.

Áreas como a história política, a história diplomática e a história econômica foram campo profícuo para essa revalorização das biografias em Portugal, embora o mesmo ocorra em outras áreas como a história da ciência, a história da arte e a história da literatura¹⁶, ao mesmo tempo em que diferentes orientações políticas, teóricas e metodológicas se fizeram presente nesses diversos trabalhos.

Segundo MENDES embora Portugal viva um período de valorização da prática do biografismo as metodologias desse tipo de abordagem ainda carecem de discussão teórica e metodológica na historiografia local, ausência que contribui para um número ainda pequeno de trabalhos e a abordagem restrita à vida de figuras políticas, intelectuais e artísticas.¹⁷

¹⁶ PINHEIRO, Magda - "A biografia em Portugal: uma agenda". *Ler História*. Lisboa: ISCTE. ISSN1413-8298. N.º 50 (2006) p. 67-80.

¹⁷ MENDES, J. AMADO - "Caminhos e problemas da historiografia portuguesa". In TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando - *História da história em Portugal séculos XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. 437 p. ISBN 9789727590919. Vol II, p. 70-72.

(In)Conclusões

Ocorre uma situação contraditória no que se refere à percepção que os historiadores portugueses tem sobre a produção de biografias entre seus pares e a produção bibliográfica dessa produção – é recorrente a referência pelos pesquisadores de uma falta de biografias na produção historiográfica local, apontando tal gênero como uma fragilidade da historiografia local. No entanto, o número de estudos com enfoques biográficos tanto em dissertações de mestrado, teses de doutorados e livros é bastante expressiva.¹⁸

Essa contradição parece refletir algumas características particulares locais: a primeira refere-se ao predomínio da identidade historiográfica dos pesquisadores, pois parece mais vinculada ao período que estudam (século XIX, século XX, Império ou República, p. ex.) ou ao vínculo teórico que ostentam (história das idéias, história política, “nova” história política, história social, história econômica, história cultural, p. ex.) do que às metodologias que utilizam, a segunda, a ausência – em parte decorrente da característica anterior – de reflexões teóricas sobre o biografismo, que se encontra vinculado a um forte empirismo¹⁹, e a terceira, a biografia ainda é um campo de disputa política e busca de legitimação historiográfica, que para muitos historiadores é um entre outros gêneros e abordagens que desenvolvem.

Sobre a questão da periodização e do vínculo teórico cabe mapear a gênese dessas duas perspectivas a partir das dinâmicas intelectuais e institucionais da historiografia lusitana a partir da segunda metade do século XX.

Durante o Estado Novo à medida que certos temas eram esquecidos no estudo da história de Portugal, como o século XIX e o XX, entre outros, a biografia positivista, reflexo de uma erudição torta, foi amplamente utilizada pelo regime como ferramenta de legitimação e de afirmação de suas dimensões nacionalista, imperialista, corporativista e católica.

O fim do regime significa ao mesmo tempo um estigma ao modelo narrativo e uma oportunidade para a historiografia local reorientar suas bases metodológicas em direção à história social e política, afirmando uma crítica ao passado autoritário e a defesa da liberdade intelectual.

Nesse processo essa historiografia dialoga com suas matrizes de formação – o “positivismo” de Alexandre Herculano (1810-1877), o “ensaísmo” de Oliveira Martins (1845-1894), ou “materialismo” de Antônio Sérgio (1883-1968) – ao passo que busca superar as limitações produzidas pelo Estado Novo e incorporar as contribuições

¹⁸ PINHEIRO constata em consulta em três das mais importantes bibliotecas de Lisboa a contabilização de mais de cinquenta biografias publicadas entre 1990 e 2005, em uma amostra bastante heterogênea no que se refere ao aprofundamento, ao apelo mercadológico e ao apoio institucional. (PINHEIRO, Magda - “A biografia em Portugal: uma agenda”. *Ler História*. Lisboa: ISCTE. ISSN 1413-8298. N.º 50 (2006) p. 67-80).

¹⁹ Não se pode deixar de assinalar o aspecto extremamente documental de tais biografias, e suas ambições totalizantes no que diz respeito às fontes e aos objetivos clássicos dos biógrafos que não são historiadores, como “verdade documental”, “autenticidade” e “abordagem definitiva”, ao mesmo tempo em que reflexões sobre os termos analíticos chaves do biografismo historiográfico, como “narrativa”, “retórica” e “estrutura discursiva” tem presença tímida ou nula.

contemporâneas do marxismo à pós-modernidade, passando pelos Annales e a micro-história, em um processo no qual busca não apenas superar o passado mas também se ressentir do que o novo tem de inovação ou conservação.

Nesse contexto intelectual de renovação se constituíram sólidos grupos de pesquisa, como a de História das Idéias, em Coimbra, a de História Política, em Lisboa, e a história social e econômica que ocupava uma posição hegemônica em diversos grupos, incorporando referenciais dos Annales e do marxismo, o que se manterá por toda a década de 80.

Embora a História Social e Econômica, em consonância com sua abordagem estrutural, descarta-se o papel do indivíduo, a História das Idéias e a História Política permitiam a abordagem do indivíduo através da análise da produção intelectual e da ação político-administrativa de homens ilustres.

Os anos 90, no entanto, assistiram à um poderoso embate entre os defensores da História Social e Econômica e de uma “Nova” História Política, que coloca o biografismo como gênero privilegiado e a narrativa como dimensão fundamental da produção historiográfica, o que cria uma polêmica intelectual entre concepções radicais de uma história nomotética e de uma história idiográfica, na qual o objetivo aparente era o descrédito completo do enfoque oposto.²⁰

Ao mesmo tempo, a institucionalização da História das Idéias e da História Política permite a manutenção de enfoques biográficos dentro de suas especificidades, como já acontecia anteriormente.

Dessa forma, as três matrizes historiográficas que se utilizam de biografias – a História das Idéias, a História Política e a “Nova” História Política – que se propõem teoricamente diferenciadas, embora com períodos abordados em comum - Império, República ou Estado Novo - assim como temáticas próximas (com suas atenções igualmente voltadas para intelectuais e políticos) não permitiram ainda nenhum diálogo completo entre as três e nem um ambiente de reflexão sobre o biografismo em si, eclipsado pelas discussões historiográficas mais panorâmicas, inclusive de acordo com as diversas preocupações intelectuais dos pesquisadores que se dedicam a essas diferentes searas temáticas.

O estigma da biografia cria uma situação paradoxal, na qual diversos historiadores, mesmo em seu processo de formação profissional, se dedicaram a estudos de natureza biográfica, mas poucos entendem esses estudos dessa forma.

²⁰ BONIFÁCIO, Maria de Fátima - *Apologia da história política: estudos sobre o século XIX português*. Lisboa: Edições Quetzal, 1999. 368 p. ISBN 9789725643839; BONIFÁCIO, Maria de Fátima - “O abençoado retorno da velha história”. *Análise Social*. Vol. XXVIII, 122 (1993) 3.º, ISSN 00032573, p. 623-630; BONIFÁCIO, Maria de Fátima - “Biografia e conhecimento histórico”. In *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007b. 359 p. ISBN 9789726711964, p. 241- 253.; HESPANHA, António Manuel - “O gênero biográfico em curso”. *História*. ISSN 0870-4538, III Série, Ano XXIV, n.º 41 (Janeiro de 2002) p. 16/17; HESPANHA, António Manuel - “Senso comum, memória e imaginação na construção da narrativa historiográfica”. In CARDIM, Pedro [et al.] - *A História: entre Memória e Invenção*. Lisboa: CNCDP/Europa-América, 1998. 230 p. ISBN 972-1-04387-7, p. 21-34; e HESPANHA, António Manuel - “História e sistema: interrogações à historiografia pós-moderna”. *Ler História*. ISSN 1413-8298. N.º 9 (1986) p. 65-84.

As causas desse paradoxo estão na própria concepção de biografia compartilhada por significativa parte dos historiadores, ou seja, que esse gênero deve conter uma “simples relação cronológica de fatos relativos à alguém”, muitas vezes em um leque temporal que envolve a “vida completa” do indivíduo, tanto em termos cronológicos quanto temáticos, e que somente assim se constituiria uma representação legítima do gênero.

Essa simplificação, em que a biografia é destituída de suas possibilidades explicativas para a partir da trajetória de um indivíduo explicar uma época ou a sua obra, por exemplo, e a expectativa irreal de que é possível não só a apreensão total de uma vida e individualidade, mas também a sua narração, são responsáveis por parte do estigma atribuído ao gênero.

Outro aspecto relevante do biografismo português é a hegemonia de uma abordagem “sexista”, classista” e “elitista”²¹, o que convida à reflexão sobre se uma historiografia centrada somente no grande homem e no grande evento não é resultado de uma opção pela dissimulação da pluralidade do presente ou mesmo a construção de um passado mítico, onde assim como nesse presente de diluição de heterogeneidades também não existiam margens e minorias.

Em meio a discussões sobre sua legitimidade, a biografia enquanto relato é o resultado de memórias (ou mesmo esquecimentos) coletivas, individuais e sociais, constantemente negociadas e processadas, com vínculos com mitos, saberes, fazeres e tradições que se corporificam a partir de relações particulares com o tempo e o espaço, que não são simplesmente atos de resgate, mas de reconstrução do passado a partir de referenciais atuais.

A reconstrução de uma trajetória individual (quer de outro ou própria), para além do enriquecimento temático, metodológico e teórico que o biografismo representa, significa também a percepção de uma rede de relações a partir da idéia de individualidade, com diferentes temporalidades (o ontem e o hoje), vínculos e pertencimentos que dizem respeito sobre quem escreve, de quem se escreve e para quem se escreve.

Assim, afirmamos que o historiador, a partir de fragmentos de memórias, está construindo novas memórias em diálogos mais ou menos sutis e com resultados de maior ou menor escopo conforme o seu talento, e isso, com toda certeza, oferece uma ampla possibilidade de enriquecimentos e inovações para a historiografia portuguesa contemporânea.

²¹ BONIFÁCIO explicita tais referenciais como desejáveis e inevitáveis: “Pessoalmente, continuo a pensar que a história é sexista, classista e elitista, isto é, que reza principalmente dos homens, dos ricos, dos poderosos e dos letrados; que a guerra e a diplomacia são mais importantes do que o desejo sexual, as relações familiares e as ligações emocionais que afectam o indivíduo; que a dimensão épica da existência humana é o assunto específico da história; e que a narrativa é a sua forma típica.” (BONIFÁCIO, Maria de Fátima - “A narrativa na ‘época pós-histórica’”. In *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. 359 p. ISBN 9789726711964, p. 219-239. Originalmente publicado em *Análise Social*. N.º 150. (1999) p. 229).

Bibliografia

- ARRUDA, José Jobson - *O Trágico 5.º Centenário da Descoberta do Brasil: comemorar, celebrar, refletir*. Bauru: EDUSC, 1999. 48 p. ISBN 8574600024.
- ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel - *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999. 190 p. ISBN 8586259888.
- BEBIANO, Rui - "A História como Poética". In D'ENCARNAÇÃO, José - *As Oficinas da História* [Em linha]. Lisboa: Edições Colibri; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002. 234 p. [Consult. 13/01/2012]. ISBN 972-772-315-2. p. 47-70. Disponível em WWW <URL: <http://ruibebiano.net/docs/hpoetica.pdf> >.
- BOAS, Sérgio Vilas - *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*. S. Paulo: UNESP, 2008. 264 p. ISBN 9788571398566.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima - "A narrativa na 'época pós-histórica'". In *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007^a. 359 p. ISBN 9789726711964. p. 219-239. (Originalmente publicado em *Análise Social*. N.º 150 (1999) p. 11-28).
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima - "Biografia e conhecimento histórico". In *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007^b. 359 p., ISBN 9789726711964. p. 241- 253. (Originalmente apresentada como comunicação oral no IV Seminário Livre do Instituto de História Contemporânea, da Universidade Nova de Lisboa, em 2001).
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima - "O abençoado retorno da velha história". *Análise Social*. ISSN 00032573. Vol. XXVIII, 122 (1993) p. 623-630.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima - *Apologia da história política: estudos sobre o século XIX português*. Lisboa: Edições Quetzal, 1999. 368 p. ISBN 9789725643839.
- BORGES, Vavy Pacheco - "Grandezas e Misérias da Biografia". In PINSKY, Carla Bassanezi - *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. ISBN 8572442979. p. 203-233.
- BOURDIEU, Pierre - "A Ilusão Biográfica". In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina - *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. 304 p. ISBN 8522502005. p. 183-191.
- CATROGA, Fernando - *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001. 72 p. ISBN 9789728717094.
- CHARTIER, Roger - "A história hoje: dúvidas, desafios, propostas". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV. ISSN 0103-2186. V. 7, N.º 13 (1994) p. 97-113.
- CHAUSSINAND-NOGARET, Guy - "Biografia". In BURGUIÈRE, André - *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro, 1993. ISBN 9788531202957. p. 95-97.
- CUNHA, Carlos M. F. - "Silêncio e silenciados da memória das nações". In MACEDO, Ana Gabriela; KEATING, Maria Eduarda - *O Poder das Narrativas, As Narrativas do Poder. Colóquios de Outono 2005-2006*. Braga: Universidade do Minho; Centro de Estudos Humanísticos, 2007. ISBN 972-8063-36-9. p. 17-24.
- DIGNEFFE, Françoise - "Do individual ao social: a abordagem biográfica". In ALBARELLO, Luc [et al.] - *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Editora Gradiva, 2005. ISBN 9789726625544. p. 203-245.
- DOSSE, François - *El arte de la biografía: entre historia y ficción*. México: Universidad Iberoamericana, 2007. ISBN 9789688596401.

- FALCON, Francisco – “Historiografia Portuguesa Contemporânea: um ensaio histórico-interpretativo”. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1988. ISBN 8572442979. N.º 1, p. 79-99.
- FERREIRA, Marieta de Moraes - “A nova ‘velha história’: o retorno da história política”. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992. ISBN 8572442979. N.º 10. p. 265-271.
- FERREIRA, Marieta de Moraes – “Entrevista com Fernando Catroga”. *Revista Brasileira de História* [Em linha]. São Paulo: ANPUH. V. 29, N.º 58 (Dezembro 2009). [Consult. 14 de abril de 2010]. Disponível em WWW: < URL: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882009000200010&lng=en&nrm=iso >. ISSN 0102-0188.
- FIALHO, Maria do Céu Fialho; JIMÉNEZ, Aurélio Pérez; FERREIRA, José Ribeiro - *O Retrato e a Biografia como estratégia de teorização política*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. 287 p. ISBN 972-8704-25-9.
- GEERTZ, Clifford - “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”. In *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. ISBN 8521613334. p. 13-41.
- HESPANHA, António Manuel – “A emergência da história”. *Penélope*. ISBN 9789728081621. N.º 5 (1991) p. 9-25.
- HESPANHA, António Manuel – “História e sistema: interrogações à historiografia pós-moderna”. *Ler História*. N.º 9 (1986) p. 65-84.
- HESPANHA, António Manuel – “O género biográfico em curso”. *História*. ISSN 0870-4538. III Série, Ano XXIV, N.º 41 (Janeiro de 2002) p. 16/17.
- HESPANHA, António Manuel – “Senso comum, memória e imaginação na construção da narrativa historiográfica”. In: CARDIM, Pedro [et al.] - *A História: entre Memória e Invenção*. Lisboa: CNCDP/Europa-América, 1998. 230 p. ISBN 972-1-04387-7. p. 21-34.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho - “Os Historiadores, esses desconhecidos”. *Revista Portuguesa de História*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Instituto de História Económica e Social. ISSN 0870-4147. N.º XXIX (1994) p. 33-53.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho - “Revistas universitárias de História no Portugal do século XX”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Instituto de História e Teoria das Ideias. ISSN 0870-0958. N.º 18 (1996) p. 339-372.
- LEVILLAIN, Phillippe - “Os protagonistas: da biografia”. In REMOND, René - *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. ISBN 8522504458. p. 141-184.
- MARTINS, Fernando – “Historiografia, biografia e ética”. *Análise Social*. ISSN 00032573, N.º 171 (Jul 2004) p. 391-408.
- MATOS, Sérgio Campos – “Historiografia e memória social (1945-2000): Balanço e perspectivas futuras”. In ARRUDA, José Jobson, FONSECA, Luís - *Brasil-Portugal: História, agenda para o milênio*. Bauru, SP: EDUSC, 2001. ISBN 8574600474. p. 537-558.
- MENDES, J. AMADO - “Caminhos e problemas da historiografia portuguesa”. In TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando - *História da história em Portugal séculos XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. 437 p. ISBN 9789727590919. Vol II, p. 17-83.
- MENDES, José M. Amado - “A História Económica e Social nos últimos vinte anos: principais tendências e metodologias”. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Instituto de História Económica e Social. ISSN 0870-4147. Tomo XXIX (1994) p. 1-32.

- NUNES, João Paulo Avelãs - *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico, 1911-1974*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995. 349 p. ISBN 972-9380-54-6.
- PEREIRA, Miriam Halpern - "A História e as Ciências Sociais". *Ler História*. Lisboa: ICSTE. ISSN 1413-8298. N.º 49 (2005) p. 5-29.
- PINHEIRO, Magda - "A biografia em Portugal: uma agenda". *Ler História*. Lisboa: ISCTE. ISSN 1413-8298. N.º 50 (2006) p. 67-80.
- PINHEIRO, Magda - "Os arquivos familiares e a biografia: dos perigos da abundância". In *Olhares cruzados entre arquivistas e historiadores. Mesas redondas na Torre do Tombo*. Lisboa: Instituto dos Arquivos - Torre do Tombo, 2004. ISBN 972-8107-82-X. p.151-155.
- RÉMOND, René - *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. 464 p. ISBN 8522504458.
- SARAMAGO, José - "História e ficção". *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Lisboa: [s.n.], 1990. p. 7-19.
- STONE, Lawrence - "O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história". *Revista de História*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991. ISSN 0034-8309. p. 13-37. (Original: "The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History". *Past and Present*. 85 (nov. 1979) p. 3-24).
- TEIXEIRA, Nuno Severiano - "A História Política na Historiografia Contemporânea". *Ler História*. Lisboa: ISCTE. ISSN 1413-8298. N.º 13 (1988) p. 77-102.
- TENGARRINHA, José Manuel - "A Historiografia Portuguesa pós-74". In ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel - *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999. 190 p. ISBN-10 8586259888. p. 111-189.
- TORGAL, Luís Reis - *História e ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989. 410 p. ISBN 9789729316128.
- TORGAL, Luis Reis - "O Poder da História". In D'ENCARNAÇÃO, José - *As Oficinas da História*. Lisboa: Edições Colibri; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002. 234 p. ISBN 972-772-315-2. p. 177-185.
- TORGAL, Luís Reis; MENDES, José M. Amado; CATROGA, Fernando - *História da História em Portugal: séculos XIX-XX*. Lisboa: Circulo de Leitores, 1996. 437 p. ISBN 9789727590919.